

Fazendo negócios na Índia

M&A

1. O que é o Tribunal Nacional de Direito das Sociedades?

O Tribunal Nacional do Tribunal de Justiça foi formado ao abrigo da Lei das Sociedades de 2013, configurado como um órgão quase judicial para fins de direito empresarial. NCLT é uma das reformas recentes empreendidas pelo governo no direito corporativo. Para mais informações, clique [aqui](#).

2. Quais são as diretrizes para a transferência de ações existentes de não residentes para residentes ou de residentes para não residentes?

No caso de transferência de instrumentos de capital por meio de venda de não residente para residente ou vice-versa, a transferência deve ser relatada através do Formulário FC-TRS (exceto em casos não exigidos). Para mais informações, clique [aqui](#)

3. Quais são as formas de pagamento permitidas para receber Investimento Estrangeiro Direto em uma empresa indiana?

Uma empresa indiana que emite ações / debêntures conversíveis para uma pessoa residente fora da Índia receberá o valor da contraprestação por: 1) Remessa interna por meio de canais bancários normais. 2) Débito na conta NRE / FCNR (B) de uma pessoa em questão mantida em um banco AD Categoria I. 3) Débito em conta de garantia não remunerada em rúpias indianas na Índia, que é aberta com a aprovação do banco de categoria I de AD e mantida com o banco de categoria I de AD em nome de residentes e não residentes para o pagamento da contraprestação de compra de ações. 4) Conversão da taxa de royalties / montante fixo / know-how técnico devido pelo pagamento ou conversão do BCE. Conversão de despesas pré-incorporação / pré-operatórias incorridas pela entidade não residente até o limite de 5% de seu capital ou US \$ 500.000, o que for menor. 5) A conversão de contas a pagar de importação / despesas de pré-incorporação / pode ser tratada como contraprestação pela emissão de ações com a aprovação do FIPB, contra quaisquer outros fundos a pagar a uma pessoa residente fora da Índia, cuja remessa não exija a aprovação prévia do Reserve Bank ou o Governo da Índia e troca de instrumentos de capital, desde que a empresa investida

indiana esteja envolvida em um setor de rota do governo, será necessária a aprovação prévia do governo. Se as ações ou debêntures conversíveis não forem emitidas dentro de 180 dias a partir da data de recebimento da remessa ou data do débito para NRE / FCNR (B) / conta caução, o valor será devolvido. Além disso, o Banco da Reserva pode, em um pedido feito a ele e por motivos suficientes, permitir que uma empresa indiana devolva / aloque ações pelo valor da contraprestação recebida para a emissão da garantia se tal valor estiver em circulação além do período de 180 dias a partir da data de recebimento .

4. De que forma foi derivada a participação não pública máxima permitida?

A participação não pública máxima permitida é determinada com base no requisito de participação pública mínima nos termos das Regras de Contratos de Valores Mobiliários (Regulamentos) de 1957 (SCRR). A regra 19A do SCRR exige que todas as empresas listadas (exceto empresas do setor público) mantenham a participação pública de pelo menos 25% do capital social da empresa. Assim, por dedução, o número máximo de ações que podem ser detidas pelos promotores, ou seja, a participação não pública máxima admissível numa sociedade cotada (exceto sociedades do setor público) é de 75% do capital social. Para mais informações, clique aqui .

5. Qual é o significado de uma oferta aberta voluntária?

Uma oferta aberta voluntária nos termos do Regulamento 6 é uma oferta feita por uma pessoa que, por si mesma ou por meio de pessoas agindo em conjunto, se houver, detém 25% ou mais ações ou direitos de voto na empresa-alvo, mas menos do que a participação não pública máxima permitida limite. Para mais informações, clique aqui .

6. Todas as aquisições de ações que excedem os limites e / ou controle prescritos levam a uma oferta aberta?

Não, em relação a certas aquisições, os Regulamentos SAST de 2011 fornecem isenção dos requisitos de fazer uma oferta aberta, sujeito ao cumprimento de certas condições. Por exemplo, aquisição de acordo com a transferência interse de ações entre certas categorias de acionistas, aquisição no curso normal dos negócios por entidades como subscritor registrado no SEBI, corretores de ações, banqueiros mercantis atuando como agente estabilizador, Banco Comercial Programado (SCB), atuando como um agente de garantia, etc. Para mais detalhes acesse o seguinte link.

7. Qual é a validade de uma oferta aberta?

Dez dias Para mais informações, clique aqui

8. O que significa o nível mínimo de aceitação sob o código de aquisição Sebi?

'Nível mínimo de aceitação' implica o número mínimo de ações que o adquirente deseja no âmbito da referida oferta condicional. Se o número de ações validamente oferecidas na oferta condicional for inferior ao nível mínimo de aceitação estipulado pelo adquirente, o adquirente não é obrigado a aceitar quaisquer ações segundo a oferta. Para mais informações, clique aqui .

9. Qual é o tamanho definido para uma oferta aberta a ser feita sob o código de aquisição SEBI?

Uma oferta aberta, que não seja uma oferta aberta voluntária nos termos do Regulamento 6, deve ser feita para um mínimo de 26% do capital social da empresa-alvo. O tamanho da oferta aberta voluntária nos termos do Regulamento 6 deve ser de pelo menos 10% do capital social da empresa-alvo. Além disso, o percentual do tamanho da oferta é calculado sobre o capital social totalmente diluído da empresa-alvo, levando em consideração o aumento potencial no número de ações em circulação no 10º dia útil após o encerramento da oferta aberta. Para mais informações, clique aqui .

10. O que são lances hostis sob o código de aquisição SEBI?

Oficialmente, não existe o termo oferta hostil nos regulamentos. A oferta hostil é geralmente entendida como uma oferta não solicitada por uma pessoa, sem qualquer acordo ou MOU com as pessoas atualmente no controle. Qualquer pessoa com ou sem titular de quaisquer ações de uma empresa-alvo, pode fazer uma oferta de aquisição de ações de uma empresa listada sujeita a um tamanho mínimo de oferta de 26%. Para mais informações, clique aqui .

11. O que é uma 'empresa-alvo'?

Uma 'Empresa Alvo' é a empresa / pessoa jurídica ou corporação cujas ações estão listadas em uma bolsa de valores e na qual uma mudança de participação ou controle é proposta por um adquirente. Para mais informações, clique aqui .

12. Quem é um 'adquirente'?

Adquirente significa qualquer pessoa que, por si mesma ou por meio de, ou com pessoas agindo em conjunto com ele, direta ou indiretamente, adquire ou concorda em adquirir ações ou direitos de voto em, ou controle sobre uma empresa-alvo. Um adquirente pode ser uma pessoa física, uma pessoa jurídica ou qualquer outra pessoa jurídica. Para mais detalhes acesse o seguinte link.

13. O que significa takeover e aquisição substancial de ações?

Quando um 'adquirente' assume o controle da 'Empresa-alvo', isso é denominado como uma aquisição. Quando um adquirente adquire 'quantidade substancial de ações ou direitos de voto' da Sociedade Visada, isso resulta em aquisição substancial de ações. Para mais detalhes acesse o seguinte link.

14. Quando se torna obrigatório notificar sobre uma combinação ao CCI?

A Lei da Concorrência exige notificação obrigatória de todas as combinações dentro dos prazos estipulados. As combinações devem ser notificadas ao CCI dentro de 30 dias de um evento desencadeador. Para mais informações, clique aqui .

15. O que significa o termo combinação significa em fusões e aquisições?

Qualquer fusão ou fusão que atenda aos limites abaixo é considerada uma combinação: No âmbito da empresa Índia: Ativos> Rs 2.000 cr. Ou Volume de negócios> Rs. 6.000 Cr Em todo o mundo (componente da Índia): Ativos> US \$ 1 bilhão com Rs. 1000 cr na Índia ou volume de negócios> \$ 3 bilhões com Rs. 3.000 Cr na Índia Nível do Grupo Índia: Ativos> Rs 8.000 cr. Ou Volume de negócios> Rs. 24.000 Cr Em todo o mundo (componente da Índia): Ativos> \$ 4 bilhões com Rs. 1000 cr na Índia ou volume de negócios> \$ 12 bilhões com Rs. 3.000 Cr na Índia Para mais informações, clique aqui .

16. É necessário notificar a CCI caso esteja adquirindo menos de 25% das ações de uma empresa listada em um mercado secundário?

A aquisição de até 25% das ações em que o adquirente não adquire o controle e a aquisição é

unicamente como um investimento ou no curso normal dos negócios, normalmente não precisa ser notificada à CCI para aprovação prévia. Para mais informações, clique aqui .

17. Quais são as leis / regras / regulamentos de concorrência aplicáveis em relação a fusões, fusões e transações de aquisição?

As seguintes disposições legais se aplicam a fusões, fusões e aquisições do ponto de vista do direito da concorrência: 1) Lei da Concorrência, 2002. 2) Regulamentos da Comissão de Concorrência da Índia (Procedimento em relação à transação de negócios relativos a combinações), 2011 3) Regulamentos (gerais) da Comissão de Concorrência da Índia, 2009: i) Notificação nº SO 93 (E) datada de 8 de janeiro de 2013 ii) Notificação nº SO 673 (E) datada de 4 de março de 2016 iii) Notificação nº SO 674 (E) datada de 4 de março de 2016 iv) Notificação nº SO 675 (E) datada de 4 de março de 2016 v) Notificação nº SO 988 (E) datada de 29 de março de 2017 vi) Notificação nº SO 2039 (E) datada de 29 de junho de 2017 Para mais detalhes acesse o seguinte link.